

Previsão é que novo ciclone traga frente fria e vento a partir desta sexta-feira

Possibilidade de chuva e à queda acentuada nas temperaturas a partir deste fim de semana. Página **A3**



Quinta-feira, 20 de Agosto de 2026 - Ano 28 - Edição 5.235 - Preço do exemplar: R\$ 2,00



Utilize o QR Code para ter acesso gratuitamente à versão digitalizada de nossa edição impressa.

Site: **OExtra.net**
Facebook: **Jornal O Extra.net**
Instagram: **jornaloextra.netoficial**
Whatsapp: **(17) 99709-5785**
E-mail: **contato@oextra.net**



Juiz de Direito faz série de palestras para alunos da rede pública municipal

Estudantes de todas as EMEFs de Fernandópolis participam; ação vai até novembro. Página **A3**



Eleições: TRE-SP recebe mais de 2.500 pedidos de registro de candidatura

Mais de 97% são para cargos de deputado federal e estadual

Aplicativo Pardal já está no ar; veja como denunciar irregularidades na propaganda eleitoral

Eleitores podem apontar irregularidades

Página **A4**

Acidente entre ônibus com pacientes e caminhão deixa quatro feridos

Veículo transportava pacientes de General Salgado para consultas e exames. Página **A6**



Interdição em trecho da Av. Manoel Marques Rosa nesta quinta-feira, 20

Entre a Rua Bahia e a Rua Rio Grande do Sul

Página **A2**

CLÍNICA
STET CLÍN
POR DRA. ANDRESSA GIMENEZ

SUA CLÍNICA ESPECIALIZADA EM
TRATAMENTOS CAPILARES E
HARMONIZAÇÃO FACIAL

TRATAMENTO CAPILAR

- Queda capilar (alopecia)
- Caspa e descamação
- Oleosidade excessiva
- Enfraquecimento dos fios
- Dermatites / Psoríase

★ Soluções eficazes com avaliação detalhada e protocolos exclusivos para o seu caso.

HARMONIZAÇÃO FACIAL

- Toxina Botulínica (Botox)
- Preenchimento Facial
- Preenchimento Labial
- Rinomodelação
- Bioestimulador de Colágeno
- Skinbooster
- Microagulhamento Facial

☀ Realce sua beleza com equilíbrio, naturalidade e segurança.

DRA ANDRESSA GIMENEZ
Biomédica Esteta e Tricologista

📅 AGENDE SUA AVALIAÇÃO: (17) 99734 4989 📍 RUA SERGIPE 348, CENTRO - FERNANDÓPOLIS/SP

Blitz da Lei Seca agora terão testes de drogas

Conheça as principais alterações que entraram em vigor. Página **A6**



Interdição em trecho da Av. Manoel Marques Rosa nesta quinta-feira, 20

COMUNICADO



PREFEITURA DE FERNANDÓPOLIS

RECAPEAMENTO ASFÁLTICO

Entre a Rua Bahia e a Rua Rio Grande do Sul, a partir das 07h00

→ Da **REDAÇÃO**
contato@oextra.net

COMUNICADO

Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes de

Fernandópolis comunica à população que, nesta quinta-feira, dia 20 de agosto, o TRÂNSITO NA AVENIDA MANOEL MARQUES ROSA, entre

a Rua Bahia e a RUA RIO GRANDE DO SUL, estará INTERDITADO para serviço de recapeamento que será realizado por equipes da Secretaria

Municipal de Obras, a partir das 7 horas.

Fonte: Secretaria de Comunicação de Fernandópolis

ARTIGO

A dívida que exclui

• Por **André Naves**

É uma cena, lamentavelmente, comum na realidade brasileira: uma mãe solitária que precisa levar o filho a uma fila de posto de saúde às quatro da manhã. Quando finalmente consegue a consulta, o medicamento prescrito não está disponível. Ela volta para casa, cansada, com a criança ainda doente. Essa cena — banal, cotidiana, brasileira — é o extremo de uma cadeia que começa em uma planilha do Tesouro Nacional, e termina na vida concreta de quem depende do Estado para sobreviver.

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) atingiu 81,1% do PIB em maio de 2026, o equivalente a R\$ 10,6 trilhões, segundo o Banco Central. Em julho, subiu para 81,9% — o maior patamar em mais de cinco anos. O FMI projeta 97,8% do PIB para 2026 e 106,5% em cinco anos. Para dar dimensão relativa: a Alemanha encerra 2025 com dívida de cerca de 64% do PIB; o México, 51%; o Chile, 41,5%. Entre grandes economias emergentes, o Brasil é anomalia.

É verdade que nem toda dívida pública é patológica. Países soberanos em moeda própria podem, em tese, expandir endividamento para financiar investimento contracíclico, infraestrutura com retorno futuro ou amortecer recessões. O economista André Lara Resende, nos lembra com elegância e erudição que a dívida pública tem dois lados: é passivo do Estado, mas ativo do setor privado. Reduzir a dívida, nesse raciocínio, é também reduzir riqueza privada. Lara Resende revisita Keynes para sus-

tentar que sociedades muito poupadoras precisam de déficit público permanente para manter a economia em pleno emprego.

O argumento é intelectualmente sedutor, mas a realidade brasileira mostra coisa diversa. A questão não é apenas o tamanho da dívida — é o que ela custa e o que ela gera. Em 2025, o governo desembolsou pela primeira vez na história R\$ 1,5 trilhão em juros. A Selic permaneceu em 15% ao ano, nível mais alto em quase duas décadas. Cada ponto percentual de elevação da taxa básica acrescenta R\$ 55 bilhões ao custo anual da dívida, segundo o próprio Banco Central. Não se trata apenas de uma variável entre outras: a trajetória da dívida é um dos principais fatores — embora não o único, pois inflação, expectativas e contexto externo também pesam — que pressiona os juros para cima. E juros dessa magnitude têm consequências materiais.

A primeira consequência é a ilusão de inesgotabilidade. Quando o Estado captura volumes crescentes de recursos via endividamento, instala-se a percepção de que dinheiro não tem restrição material. A sensação de que “dinheiro nasce em árvore” é um efeito estrutural do financiamento por dívida. Quando não há percepção clara de limite, gasta-se mal.

O desperdício assume duas formas, como classifica a literatura especializada: ativo — a corrupção, que desvia recursos deliberadamente — e passivo — a ineficiência administrativa, que perde recursos por incompetência gestora, burocracia paralisante ou má alocação.

Um estudo do Banco Inte-

ramericano de Desenvolvimento (BID), publicado em 2019 e ainda referência central no debate, estima que ineficiências nos gastos públicos brasileiros cheguem a 3,9% do PIB — ou até US\$ 68 bilhões por ano.

São escolas sem professores, hospitais sem insumos, estradas sem conservação. Não são falhas pontuais: são sintomas de uma estrutura que não cobra qualidade do gasto porque não percebe o custo de oportunidade de cada real desperdiçado.

A segunda consequência é a degradação dos serviços públicos. Quando o gasto é ineficiente, o serviço é deficitário. Quando o serviço é deficitário, ele é excludente por insuficiência material. As barreiras estruturais se elevam. Grupos minorizados, populações vulnerabilizadas, pessoas com deficiência — são sempre os primeiros a sentir o peso de um serviço público que não funciona. Os que mais dependem do Estado sejam os que mais sofrem quando o Estado desperdiça.

Dessa maneira, ainda que a relação entre dívida pública e violência não seja direta nem estatisticamente demonstrável de forma imediata, ela é uma inferência analítica, mediada por múltiplas variáveis: serviços públicos deficitários, segmentação social aprofundada, exclusão estrutural.

Ou seja, em 2024, o Brasil registrou 44.127 mortes violentas intencionais, com taxa de 20,8 por 100 mil habitantes, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública. O Atlas da Violência do IPEA demonstra que essa violência é desigual — afeta sobretudo jovens negros, mulheres vulneráveis

e populações periféricas. É assim que a dívida pública “aumenta” a criminalidade: ao concorrer para a degradação dos serviços públicos e aprofundar a exclusão estrutural, a trajetória insustentável do endividamento alimenta indiretamente o ciclo de brutalização social. A desigualdade potencializa a violência. A exclusão majora a violência. E a dívida, ao sufocar a qualidade do gasto, concorre para ambas.

A terceira consequência é a sucção da renda privada. A taxa de juros elevada — pressionada, entre outros fatores, pela trajetória da dívida — transfere renda do setor produtivo para o pagamento dos juros.

As famílias brasileiras atingiram recorde histórico de endividamento: 82% declararam possuir dívidas em agosto de 2026, segundo a CNC. Entre famílias de baixa renda, o índice chega a 84,9%. Esse endividamento tem causas múltiplas — estagnação da renda real, cultura de consumo, crédito informal, inflação de itens específicos —, mas a Selic em patamares estratosféricos é, sem dúvida, um fator agravante. Juros altos encaixam o crédito, esmagam a propensão ao consumo e reprimem o investimento.

O resultado é um círculo perverso: dívida pública elevada pressiona juros para cima, juros altos sugam a renda de famílias já endividadas, o consumo trava, o investimento regride, o crescimento se limita. E é precisamente o crescimento econômico o vetor mais potente de inclusão social.

A inclusão não se faz por decreto — ela se constrói pelo dinamismo do mercado,

www.oextra.net

OPINIÃO

Por: André Naves



Artigo: A dívida que exclui

Como o endividamento público brasileiro sufoca crescimento, alimenta violência e limita inclusão

pela simplificação burocrática, pela facilitação do empreendedorismo, pelo incentivo à atividade econômica que tira pessoas da marginalidade e lhes devolve protagonismo.

Segundo o Índice de Capital Humano do Banco Mundial, uma criança nascida no Brasil hoje alcançará apenas 55% do potencial produtivo que teria com educação completa e saúde plena. Cada real desperdiçado em ineficiência é um real que deixa de ir para uma escola que funciona, um posto de saúde que atende, um programa de qualificação que emprega.

A observação de Lara Resende merece ser levada a sério, mas também confrontada com a realidade brasileira específica. Sim, a dívida é ativo do setor privado. A dívida pública brasileira, ao invés de financiar desenvolvimento, estimula a corrupção e o desperdício. Dinheiro que poderia estar em escolas, hospitais e infraestrutura.

Há quem sustente que soberania monetária anula a restrição orçamentária e que o Estado pode gastar sem limite. A inflação e os juros reais brasileiros desmentem isso. Não se pode gastar infinitamente sem custos. A questão é material.

O caminho não é a auste-

ridade seletiva que penaliza pobres enquanto preserva privilégios. O caminho é a responsabilidade fiscal articulada com justiça social. Cada real economizado em corrupção e ineficiência é um real que pode ir para uma escola que funciona, um hospital que atende, um programa de inclusão que efetivamente inclui.

Responsabilidade fiscal e justiça social não são inimigas. São complementos indispensáveis. Quando o Estado gasta bem, gasta menos e inclui mais. Quando o Estado gasta mal, gasta muito e exclui ainda mais. A dívida pública, em sua trajetória atual, é uma questão de dignidade humana. Cada real desperdiçado é uma vida que fica à margem. Cada ponto de juro que sobe é uma família que não consegue fechar a conta no fim do mês.

É matemática. E, sobretudo, é ética.

• **André Naves** é Defensor Público Federal formado em Direito pela USP, especialista em Direitos Humanos e Inclusão Social; mestre em Economia Política pela PUC/SP; Cientista Político pela Hillsdale College e doutor em Economia pela Princeton University. Comendador Cultural, Escritor e Professor.

O texto é de livre manifestação do signatário que apresenta e defende suas ideias e opiniões, a partir da interpretação de fatos e dados e não reflete, necessariamente, a opinião do ‘O Extra.net’.

PINATOADVOGADOS

☎ 17 99736-7979

☎ 17 99659-7071

Já atendendo em novo endereço:

Av. Américo Messias dos Santos,

nº 280, Centro.

Fernandópolis - SP

(Próximo ao Angus Beef.)

OAB/SP 104.559, 169.021 e 453.404



Maurílio Saves

ADVOGADO - OAB/SP 73.691

Patricia Eunice dos Santos

ADVOGADA - AOB/SP 324.971

Fone: 17-3442 3403 - 99784 1208

Rua Rio de Janeiro, 1.282 - Vila Nova

email: mauriliosaves@yahoo.com.br



Fabrizio José Cussiol

OAB/SP 213.673

Cel. Vivo: 99647 9979

e-mail: fabriciocussiol7@hotmail.com

Estrela D'Oeste: Rua Minas Gerais, 1429 - Centro - Fone: 17-3833 1789

Fernandópolis: Av. Exp. Brasileiros - Centro - Fone: 17- 3463 2078

Juiz de Direito faz série de palestras para alunos da rede pública municipal

Estudantes de todas as EMEFs de Fernandópolis participam; ação vai até novembro

→ Da **REDAÇÃO**
contato@oextra.net

A Prefeitura de Fernandópolis, através da Secretaria Municipal de Saúde, em parceria com o Poder Judiciário, representado pelo Juiz de Direito Eduardo Luiz de Abreu Costa, titular da 1ª Vara Criminal e da Vara da Infância e Juventude da Comarca, está promovendo uma série de palestras sobre violência doméstica. A ação alcança todas as EMEFs de Fernandópolis

e é direcionada aos alunos do quinto ano. A série teve início em 5 de agosto, com 60 alunos matriculados na EMEF “Koei Arakaki”. Nesta quarta-feira, 19, foi a vez dos estudantes da EMEF “Coronel Francisco Arnaldo da Silva” (89 alunos), que estiveram no Salão do Júri do Fórum de Fernandópolis para ouvir as palavras do magistrado. Esses encontros fazem parte do Programa Saúde na Escola, sendo uma das 14 metas estabelecidas no PSE.



Na sequência da programação, em outubro, será a vez das EMEFs José Gaspar Ruas (no dia 5) e José Zantedeschi (no dia

21). Somadas, essas duas escolas devem levar 88 alunos à palestra. Em novembro, a EMEF Pedro Malavazzi (no dia

4, com 57 alunos) e as EMEFs João Garcia Andreo e Antônio Maurício da Silva (no dia 18, com 83 estudantes) fecham

o ciclo da série de palestras. *Fonte: Secretaria de Comunicação de Fernandópolis*

CLIMA

Previsão é que novo ciclone traga frente fria e vento a partir de sexta, 21



Possibilidade de chuva e à queda acentuada nas temperaturas a partir deste fim de semana

→ Da **REDAÇÃO**
contato@oextra.net

Depois de dias de calor seco e baixa umidade, o tempo deve mudar em São Paulo a partir do fim de semana. Uma nova frente fria avança sobre o estado e deve trazer chuva e fortes rajadas de vento a partir de sexta-feira (21), segundo a Defesa Civil. A partir de sábado (22), a temperatura cai de forma significativa em todas as regiões do estado.

A mudança está associada à formação de um novo ciclone extratropical na região Sul do país, que começa a se formar a partir desta quinta-feira (20). É o segundo fenômeno do tipo a afetar o estado neste mês: em 6 de agosto, outro

ciclone extratropical levou o Governo de São Paulo a acionar o Gabinete de Crise.

“Já na quinta-feira de noite, com a aproximação da frente fria, vai ter aquele contraste térmico. Então teremos condições para rajadas de vento que podem chegar aos 70 quilômetros por hora na maior parte do estado”, afirma o meteorologista da Defesa Civil William Minhoto.

CALOR E BAIXA UMIDADE PREDOMINAM ATÉ QUINTA-FEIRA

O tempo permanece firme em todo o estado, com sol entre poucas nuvens e sem previsão de chuva. As temperaturas seguem altas e a umidade relativa do ar despenca, podendo

ficar abaixo de 20% em boa parte do território paulista, o que eleva o risco de queimadas.

No centro-oeste e no norte paulista, rajadas de vento entre 40 km/h e 50 km/h podem ajudar a propagar incêndios florestais, de acordo com o órgão, e a umidade deve cair a níveis ainda mais críticos, mantendo o alerta para queimadas e incêndios florestais.

FRENTE FRIA

A mudança no tempo se intensifica na sexta-feira (21), quando a nova frente fria deve trazer chuva e fortes rajadas de vento, principalmente na faixa leste do estado. A partir do fim de semana, a temperatura cai em todas as regiões paulistas.

A mudança é impulsionada por um ciclone extratropical, que começa a se formar na região Sul a partir desta quinta-feira (20).

VEJA COMO SE PROTEGER DURANTE VENTOS FORTES

- Evite ficar perto de árvores, fios, postes, toldos e placas, e redobre a atenção ao dirigir;
 - Quem estiver no litoral deve evitar locais abertos, não entrar no mar e não usar transporte marítimo durante o temporal;
 - Em emergências, o atendimento pode ser solicitado pelos telefones 199 (Defesa Civil) e 193 (Corpo de Bombeiros); Para receber alertas gratuitos por SMS, basta cadastrar o CEP de interesse enviando mensagem de texto para o número 40199.
- A Defesa Civil do Estado de São Paulo segue acompanhando a evolução das condições meteorológicas e deve atualizar a previsão ao longo da semana.

oextra.net
EXPEDIENTE

“O EXTRA.NET” é uma publicação independente do Grupo SEMANÁRIO & DIÁRIO ASSOCIADOS.
Editora O Extra.net Fernandópolis Ltda - CNPJ nº: 19.885.882/0001-48

Redação e Administração:
Rua Paraíba, 1280 - Centro
Fernandópolis - SP - CEP 15600085
Contato: (17) 99709-5785
Whatsapp: (17) 99711-2445

Diretor e Editor: Admilson Garcia
Jornalista Responsável: Cezar Felisbino da Silva
Redação: Alisson Carvalho e Breno Guarnieri
Diagramação: Alisson Carvalho

E-mails:
Atendimento Público e publicações: contato@oextra.net
Redação: redacao@oextra.net

DIREÇÃO COMERCIAL
(ANÚNCIOS, PUBLICAÇÕES LEGAIS E INSTITUCIONAIS)
Agência J. AD. de Publicidade e Pesquisa LTDA ME
CNPJ 09.630.378/0001-43

REPRESENTAÇÕES:
- Nacional:
- RGD Comunicação Ltda

IMPRESSÃO
Editora 4 Cores Ltda. (17) 3632-4911

CIRCULAÇÃO AUDITADA
ADJORI-SP
Associação de Jornais do Estado de São Paulo

Este jornal não se responsabiliza por conceitos, opiniões, pareceres e outras manifestações emitidas em artigos assinados ou encartes que são de inteira responsabilidade de seus autores.

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Dr. Antonio José Pancotti
Dra. Patrícia Broim Pancotti Mauri
Dra. Márcia Broim Pancotti

Fone/Fax:
(17) 3442 6103
(17) 3463 1628
(17) 3462 2155

e-mail: advpncotti@terra.com.br
Rua Rio de Janeiro, 1837 - Centro - Fernandópolis-SP

Dr. Ronaldo Malacarne de Oliveira
OAB/SP 79141
Dra. Elith Darc de Oliveira
OAB/SP 79134
Dra. Lais Malacarne de Oliveira
OAB/SP 326251

ronolliadv@terra.com.br - advtrabalhista_malacarne@hotmail.com
laismalacarne@hotmail.com

Fone: (17) 3442-4760 / 3442-5131
Av. José Camargo Arruda, 559 - Centro - Fernandópolis

Dr. Hugo Yamagata Yasuda
CRM 109.308
Oftalmologia Clínica e Cirúrgica
Especialista em Glaucoma

ATENDE PARTICULAR E CONVÊNIOS
APAS | BENSÁUDE | FUNDAÇÃO CESP | HB SAÚDE
POSTAL SAÚDE | SÃO FRANCISCO | SAÚDE CAIXA
BRADESCO SAÚDE | CABESP | CASSI | ECONOMUS

17 3462-1742 | 17 99724-8145 | 17 3442-4099
Av. Amadeu Bizelli, 978 - Centro - Fernandópolis

TRE-SP recebe mais de 2.500 pedidos de registro de candidatura

Mais de 97% das solicitações são para cargos de deputado federal e estadual

→ Da **REDAÇÃO**

contato@oextra.net

O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) recebeu 2.549 pedidos de registro de candidatura para as Eleições 2026, conforme dados registrados até a tarde desta segunda (17) no site Estatísticas Eleitorais. Partidos, coligações e federações puderam encaminhar os requerimentos de registro de candidatura aos Tribunais Eleitorais até às 19h do sábado (15), de forma virtual. A renúncia ao cargo solicitado (desistência da candidatura) já foi homologada em 10 processos, outros 14 pedidos foram deferidos e os demais continuam em tramitação na Corte.

As informações relativas aos registros estão disponíveis na opção “Situações das candidaturas”, no Estatísticas Eleitorais, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Já as informações detalhadas a respeito de cada candidata ou candidato podem ser consultadas no portal Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais (DivulgaCandContas).

**NÚMERO DE
PEDIDOS POR
CARGO**

Cargos proporcionais (deputados estaduais e federais) formam a maioria das solicitações registradas: foram 1.396 (54,7%) candidaturas para os cargos de deputado estadual e 1.092 (42,8%) para deputado federal. Já para o cargo de senador, foram recebidos 15 pedidos. Também foram contabilizadas 7 solicitações para governador e 7 para vice-governador, além de uma renúncia ao último cargo.

Para o cargo de governador, foram cinco pedidos de partidos isolados (Agir, PCB, PCO, PSTU e UP) e dois de coligações, na respectiva ordem alfabética: a coligação Coragem Para Seguir Avançando (formada por Republicanos, PL, MDB, Democrata, Avante, PSD, Federação Renovação Solidária — composta por PRD e Solidariedade — e Federação União Progressistas — composta por União Brasil e PP); e a coligação Desperta São Paulo (Federação Brasil da Esperança — Fé Brasil — composta por PT, PC do B, PV —, Federa-

ção PSOL Rede, PDT e PSB).

Os candidatos são maioria: 67% do total de candidaturas recebidas são de pessoas do gênero masculino, correspondendo a 1.705 pedidos. Já as mulheres somam 844 candidaturas, aproximadamente 33% do total.

Quase 60% do número de candidaturas no estado de São Paulo está concentrado em pessoas entre 40 e 59 anos, o equivalente a 1.524 candidatos e candidatas. Isoladamente, a faixa etária que mais postulou cargos foi a de pessoas entre 50 e 54 anos, formando 16,6% do montante de pedidos. Há, ainda, outros 565 candidatos idosos, com mais de 60 e até 94 anos, cerca de 22% do total.

A maior parte dos postulantes se reconhece como pessoa branca: são 68% das candidaturas ou 1.734 candidatas e candidatos brancos. Pessoas pardas somam 486 pedidos (19%); 290 são de pessoas pretas (11,3%); 27, pessoas amarelas (1,06%) e 12 solicitações são de candidatos e candidatas que se identificam como indígenas (0,47%).

**OCUPAÇÃO, GRAU
DE INSTRUÇÃO E
DEFICIÊNCIAS**

A ocupação mais popular entre candidatas e candidatos é a de empresário: 13,1% reportaram exercer a profissão, seguidos de 10% que afirmaram ser advogados, 6,4% vereadores e 4,3% deputados. A maioria (66,6%) possui ensino superior completo, um quantitativo de 1.698 pessoas. Em seguida, aparecem pessoas com ensino médio completo (16,6%), superior incompleto (9,7%), ensino médio incompleto (2,5%) e ensino fundamental completo (2,3%) e incompleto (1,8%). Candidatas e candidatos que somente leem e escrevem são 0,2%.

Entre as mais de 2.500 pessoas que encaminharam pedidos de registro de candidatura, 499 declararam possuir alguma deficiência. Dentro dessa população, 39,6% relataram ter algum tipo de deficiência física, 21,7% deficiência visual, 13,4% autismo e 10,8% deficiência auditiva.

JULGAMENTO E TRAMITAÇÃO DOS PEDIDOS

Cada pedido de registro



de candidatura enviado à Justiça Eleitoral é julgado no prazo de três dias após a conclusão dos autos pelo cartório. A publicação da decisão é feita no mural eletrônico. Após a autuação dos pedidos, são publicadas listas com a relação desses processos. Os editais estarão disponíveis no Diário de Justiça Eletrônico. Após a publicação do edital contendo os pedidos de registro, qualquer cidadão ou cidadão pode apresentar notícia de inelegibilidade no prazo de cinco dias.

A página Eleições 2026 do TRE-SP reúne conteúdos sobre o processo de registro de candidaturas, como o resumo da tramitação do pedido de registro e perguntas e respostas sobre o tema.

**VAGAS
REMANESCENTES
E SUBSTITUIÇÃO
DE CANDIDATOS**

Agremiações que ainda possuem vagas remanescentes ou que precisam realizar substituições de

candidatos devem ficar atentas aos prazos diferenciados. Um partido tem vagas remanescentes quando não atingiu o número máximo de candidaturas permitidas pela lei em cargos proporcionais. Nesse caso, o registro desses nomes deve ser feito até 4 de setembro (30 dias antes das eleições).

Já a substituição de candidatos pode acontecer em casos de indeferimento, cancelamento ou cassação de registro e de renúncia ou falecimento. O prazo geral para pedir a substituição é até 14 de setembro de 2026 (20 dias antes da eleição). No caso de morte, poderá ser feita a qualquer tempo. Além da data-limite, o pedido deve ser feito em até 10 dias contados do fato que gerou a necessidade de troca, inclusive anulação de convenção partidária, ou da notificação do partido ou da federação da decisão judicial que deu origem à substituição.



Sua Vida Mais Completa

REDE
GIGANTÃO

Tudo de Bom!

Fernandópolis



Óptica Cidade

ATENDIMENTO / DE
FAMÍLIA
PARA *Família*

PARCELAMOS
EM ATÉ
10X
S/ JUROS

 **(17) 3463-1286**

**AVENIDA EXPEDICIONÁRIOS BRASILEIROS, 1301
CENTRO (AO LADO DO ITAÚ) - FERNANDÓPOLIS**

Aplicativo Pardal já está no ar; veja como denunciar irregularidades na propaganda eleitoral

Eleitoras e eleitores também podem apontar irregularidades

→ Da **REDAÇÃO**

contato@oextra.net

O início da propaganda eleitoral sinaliza também o começo da fiscalização rigorosa pela Justiça Eleitoral dos conteúdos veiculados por agremiações, candidatas e candidatos. O papel de fiscal, no entanto, não pertence apenas às magistradas e aos magistrados eleitorais. Eleitoras e eleitores também podem apontar irregularidades e realizar denúncias, assim como candidatos e candidatas, partidos, federações, coligações, além dos demais órgãos do Judiciário. Para facilitar a participação social e agilizar esse procedimento, a Justiça Eleitoral disponibilizou o aplicativo Pardal, que recebe alertas de propaganda eleitoral irregular e pode ser baixado de forma gratuita na Play Store e na App Store.

A partir de 2026, o sistema de denúncias será dividido em três módulos:



ClimaCold
Ar Condicionado
Climatizando com estilo

**Venda, Instalação,
Manutenção, Pré Instalação
e Projetos**

Revendedor Autorizado de todas as marcas!



**Venda, Instalação,
Manutenção, Pré Instalação
e Projetos**

Revendedor Autorizado de todas as marcas!



E-mail: climacold.arcond@gmail.com

☎ (17) 3442-7088 ☎ (17) 99628-6060

**SUA OBRA
MERECE
O MELHOR**

A maior variedade de acabamentos e condições especiais você encontra aqui

S.GOTTI
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Fernandópolis: (17) 3465-9399
Av. Carlos Barozzi, 982 - Brasília

Ouroeste: (17) 3843-1315
Av. dos Bandeirantes, 1995

A maior variedade de acabamentos e condições especiais você encontra aqui



Fernandópolis: (11) 3465-9399
Av Carlos Barozzi, 982 – Brasilândia

Ouroeste: (17) 3843-1315
e dos Bandeirantes, 1995

publicações

MUNICÍPIO DE MERIDIANO

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 45.116.092/0001-08
(17) 3475 - 1116 | (17) 3475 - 1124
meridiano@meridiano.sp.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 110/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2026

Torna-se público que o Município de Meridiano/SP, por intermédio do Setor de Licitações e Contratos, realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **PRESENCIAL**, com critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

O objeto da licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NA ESPECIALIDADE DE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA, MEDIANTE DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAL MÉDICO DEVIDAMENTE HABILITADO, PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS, ATENDIMENTOS, AVALIAÇÕES, ACOMPANHAMENTO CLÍNICO E DEMAIS PROCEDIMENTOS COMPATÍVEIS COM A ESPECIALIDADE, DESTINADOS ÀS USUÁRIAS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MERIDIANO/SP**, para atendimento das usuárias da Rede Municipal de Saúde de Meridiano/SP, conforme condições e especificações constantes do Edital, do Termo de Referência e dos demais anexos.

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: até às **08h30min** do dia **03 de setembro de 2026**.

SESSÃO PÚBLICA:

Data: 03 de setembro de 2026;

Horário: 09h00min;

Local: Prefeitura Municipal de Meridiano/SP, Rua Luiza Feltrin Guilhen, nº 1.716 – Centro – Meridiano/SP.

Todas as referências de horário observarão o horário oficial de Brasília/DF.

O Edital e seus anexos estão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no site eletrônico <https://pncp.gov.br/app/editais/45116092000108/2026/109> e no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Meridiano/SP, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 17h00min. Informações pelo e-mail licitacao@meridiano.sp.gov.br.

Meridiano/SP, 19 de agosto de 2026.

FABIO PASCHOALINOTO
PREFEITO MUNICIPAL

Uma publicação: Quinta-feira, dia 20 de Agosto de 2026.

O EXTRA NET - Edição Nº 5.235



ESTADO DE SÃO PAULO
PJ 45.116.092/0001-08
75 - 1116 | (17) 3475 - 1124
iano@meridiano.sp.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 110/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2026

Torna-se público que o Município de Meridiano/SP, por intermédio do Setor de Licitações e Contratos, realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **PRESENCIAL**, com critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

O objeto da licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NA ESPECIALIDADE DE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA, MEDIANTE DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAL MÉDICO DEVIDAMENTE HABILITADO, PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS, ATENDIMENTOS, AVALIAÇÕES, ACOMPANHAMENTO CLÍNICO E DEMAIS PROCEDIMENTOS COMPATÍVEIS COM A ESPECIALIDADE, DESTINADOS ÀS USUÁRIAS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MERIDIANO/SP**, para atendimento das usuárias da Rede Municipal de Saúde de Meridiano/SP, conforme condições e especificações constantes do Edital, do Termo de Referência e dos demais anexos.

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: até às 08h30min do dia 03 de setembro de 2026.

SESSÃO PÚBLICA:

Data: 03 de setembro de 2026;

Horário: 09h00min:

Local: Prefeitura Municipal de Meridiano/SP, Rua Luiza Feltrin Guilhen, nº 1.716 – Centro – Meridiano/SP.

Todas as referências de horário observarão o horário oficial de Brasília/DF

O Edital e seus anexos estão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no site eletrônico <https://pncp.gov.br/app/editais/45116092000108/2026/109> e no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Meridiano/SP, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 17h00min. Informações pelo e-mail licitacao@meridiano.sp.gov.br.

Meridiano/SP, 19 de agosto de 2026.

FABIO PASCHOALINOTO
PREFEITO MUNICIPAL

Uma publicação: Quinta-feira, dia 20 de Agosto de 2026.
O EXTRA.NET - Edição Nº 5.235.

Acidente entre ônibus com pacientes e caminhão deixa quatro feridos em Votuporanga

Veículo transportava pacientes de General Salgado para consultas e exames

→ Da REDAÇÃO
contato@oextra.net

Quatro pessoas ficaram feridas após um ônibus da Prefeitura de General Salgado bater na traseira de um caminhão na manhã desta quarta-feira, dia 19, na Rodovia Péricles Belini (SP-461), em Votuporanga.

O acidente aconteceu no km 120, na entrada do município. O ônibus transportava pacientes de General Salgado que viajavam para Votuporanga para passar por consultas e exames

no Ambulatório Médico de Especialidades (AME).

Segundo as informações inicialmente apuradas, a suspeita inicial é de que o ônibus tenha apresentado uma falha no sistema de freios, o que teria impedido o motorista de parar o veículo antes da colisão.

MOTORISTA FICOU PRESO NAS FERRAGENS

Com o impacto da batida, o motorista do ônibus ficou preso às ferragens e precisou ser retirado pelas equipes do Corpo de Bombeiros.

Ao todo, quatro pessoas ficaram feridas. Três delas tiveram ferimentos leves, enquanto uma sofreu fraturas. Todas foram socorridas e encaminhadas à Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Votuporanga.

Até a última atualização desta matéria, não havia informações sobre o estado de saúde das vítimas após o atendimento médico.

TRÂNSITO NÃO FOI INTERROMPIDO

Apesar da colisão, a pista não precisou ser interditada. O trânsito



no trecho seguiu normalmente, sem bloqueios.

A Prefeitura de Gene-

ral Salgado foi procurada para prestar esclarecimentos sobre o acidente e as condições do ônibus,

mas não havia apresentado retorno até a última atualização desta reportagem.

TRÂNSITO

Blitz da Lei Seca agora terão testes de drogas

Conheça as principais alterações que entraram em vigor

→ Da REDAÇÃO
contato@oextra.net

O Conselho Nacional de Trânsito (Contran) aprovou na segunda-feira (17) novas regras para os procedimentos de fiscalização da Lei Seca (Lei nº 11.705/2008), que busca inibir o consumo de bebidas alcoólicas por motoristas em todo o Brasil.

Segundo a Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República, os conselheiros não criaram nenhum novo tipo de infração, limitando-se a atualizar e regulamentar alguns procedimentos de fiscalização em vigor desde 2013.

Com a nova regulamentação, os conselheiros estabeleceram critérios claros para a triagem de condutores, bem como para a aplicação dos testes de presença de álcool e/ou de outras substâncias psicoativas e para os retestes.

A resolução também define novos critérios para o uso dos equipamentos de fiscalização e prevê a atualização do Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito, para padronizar a atuação dos agentes de trânsito em casos em que os condutores se recusem a se submeter ao teste de alcoolemia.

“Para o condutor que não realizar o procedimento, a regulamentação diferencia os enquadramentos; disciplina como cada situação deve ser registrada e determina que, em uma mesma abordagem, não sejam lavrados simultaneamente autos de infração por dirigir sob influência de álcool ou outras substâncias psicoativas e por se recusar ao exame comprobatório destinado a verificar essa condição”, antecipou a Secom.

Ainda de acordo com a secretaria, as novas regras nacionais já são aplicadas nas operações nacionais da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e em vários estados, como Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

TRIAGEM E RETESTE

A resolução institui uma fase de triagem durante as operações de fiscalização de trânsito, durante a qual o órgão responsável poderá empregar o pré-teste ou o teste passivo de alcoolemia.

“O resultado dessa primeira verificação terá caráter exclusivamente orientativo e, isoladamente, não poderá fundamentar autuação ou

caracterizar a condução sob influência de álcool”, informou a Secom, explicando que, nesses casos, será necessária a continuidade das avaliações probatórias previstas na norma.

A nova regra determina em quais situações o reteste deverá ser realizado. “A medida será necessária quando algum fator técnico ou operacional comprometer a obtenção de um resultado válido, inclusive para afastar eventual detecção de álcool residual no trato respiratório superior”, acrescentou a Secom.

Caso o motorista alegue ter ingerido algum produto que possa ter deixado temporariamente resíduos de álcool na boca, como bombons de licor, enxaguantes bucais e pão de forma, uma nova avaliação terá que ser feita “posteriormente”, antes de qualquer conclusão.

Nos casos em que registrarem auto de infração, os agentes de fiscalização deverão anotar ao menos dois sinais observados que confirmem a alteração da capacidade psicomotora do condutor.

A nova resolução estabelece que, para identificar outras substâncias além do álcool, os ser-

vidores dos órgãos de trânsito poderão usar equipamentos tecnicamente certificados por organismos certificados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro). A regulamentação estabelece os procedimentos para o uso desses equipamentos, sem vincular a fiscalização a uma tecnologia ou ferramenta específica.

A resolução entrará em vigor assim que for publicada no Diário Oficial da União - o que, segundo a Secom, deve ocorrer em breve -, com exceção das alterações que atualizam as fichas de fiscalização e os códigos de enquadramento das infrações, que começam a valer 60 dias após a publicação. Durante esse período, continuarão em uso os códigos atualmente vigentes.

Para explicar as principais mudanças resultantes da resolução, a Secom elaborou um texto com perguntas e respostas básicas sobre a medida. Veja abaixo os principais esclarecimentos.

O QUE SÃO SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS?

São substâncias capazes de alterar o funcionamento do sistema nervoso central e comprometer a

capacidade de dirigir, como substâncias ilícitas e outras substâncias que determinem dependência.

O EQUIPAMENTO IDENTIFICA QUAL SUBSTÂNCIA FOI CONSUMIDA?

Sim. A Resolução prevê que o auto de infração deverá conter, entre outras informações, o tipo de substância detectada pelo equipamento.

O EQUIPAMENTO INFORMA A QUANTIDADE DA SUBSTÂNCIA?

Não. O resultado é qualitativo, indicando a presença da substância psicoativa, e não sua concentração.

OS EQUIPAMENTOS PODERÃO SER UTILIZADOS IMEDIATAMENTE?

A utilização dependerá da disponibilidade dos órgãos fiscalizadores e da existência de equipamentos certificados conforme os requisitos estabelecidos pela Resolução.

Somente poderão ser utilizados equipamentos certificados no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade (SBAC), por organismo regulado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro).

A PESSOA PODERÁ SE RECUSAR A REALIZAR O TESTE?

A recusa continua sujeita às consequências previstas no art. 165-A do CTB, conforme disciplinado pela Resolução. E os agentes de fiscalização ainda poderão usar os sinais de alteração da capacidade psicomotora, pois a verificação dos sinais permanece como um dos meios de fiscalização previstos na Resolução.

O BAFÔMETRO DEIXA DE EXISTIR?

Não. O etilômetro continua sendo utilizado normalmente para fiscalização do consumo de álcool. A novidade é a inclusão de equipamentos específicos para outras substâncias psicoativas.

A FISCALIZAÇÃO PODE SER REALIZADA MESMO SEM O NOVO EQUIPAMENTO?

Sim. A verificação dos sinais de alteração da capacidade psicomotora continua sendo um dos meios legalmente previstos para a fiscalização, assim como o etilômetro nos casos de consumo de álcool.

**Com informações divulgadas pela SECOM/Presidência*